

DF LETRAS

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO IV

Nº 44/46

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

“Quando nasci,
um anjo torto
desses que vivem
na sombra disse:
vai, Carlos!
ser *gauche* na vida”

Drummond

No meio do caminho tinha um poeta
tinha um poeta no meio do caminho...
Havia um poeta...
Já faz dez anos...



Biblioteca/CLDF

CONTRATO Nº 2810/97
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA/DF
UP: ACCÂMARA LEGISLATIVA

IMPRESSO

ENTREVISTA
Um garimpeiro
da arte popular



ALTAMIRO PACHECO

Frustrado o movimento libertário da Inconfidência, os propósitos mudancistas ficaram em estado latente até a Proclamação da República, cuja Constituição, coerentemente, consagrou, em seu artigo 3º, o imperativo da interiorização da capital.

Trabalho valioso e desconhecido



Qualquer reflexão histórica sobre a mudança da Capital Federal há de passar, necessariamente, pela idéia e pela ação.

A IDÉIA - Os mais lúcidos historiadores e os mais festejados intérpretes estão acordes em que a idéia da capital interiorana é contemporânea dos ideais de independência nacional. Por isso, foram encontrar na Inconfidência Mineira o primeiro sinal positivo

de sua gênese.

A propósito, escreveu o historiador e ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Adirson Vasconcelos, em seu excelente trabalho **A Mudança da Capital**, com apoio em conclusões extraídas dos autos da Devassa. Diz ele: "A primeira atitude realmente propugnadora da interiorização da capital do Brasil ocorreu por iniciativa dos inconfidentes mineiros, no final do século dezoito".

Outro destacado valor da Casa, o professor Paulo Bertran, em sua magnífica **História da Terra e do Homem no Planalto Central**, é partícipe do

□ José Dilermando Meireles

mesmo entendimento, segundo tive ocasião de registrar, quando da elaboração do prefácio da obra, dizendo: "Através de demonstração sócio-econômica de grande convencimento, o autor identifica as origens da idéia de interiorização da capital brasileira com o primeiro e mais genuíno movimento de emancipação nacional, representado pela Inconfidência Mineira".

Prosseguindo, afirmei ainda que os colonizadores precisavam da capital portuária para exportação de nossa riqueza, para manipular a rendição das tendências nacionalistas nascentes e para a manutenção do jugo externo sobre a nossa soberania. A Inconfidência, ao contrário, como movimento de libertação e de defesa da nacionalidade, necessitava de uma capital no centro territorial da Pátria, para consolidação da resistência e preservação dos valores que perseguia.

"Por isso - concluo - as capitais litorâneas representavam as forças colonizadoras que nos subjugavam, ao passo que Brasília representa a força de coesão de nossa independência e a mola mestra de nossa soberania".

Frustrado o movimento libertário da Inconfidência, os propósitos mudancistas ficaram em estado latente até a Proclamação da República, cuja Constituição, coerentemente, consagrou, em seu artigo 3º, o imperativo da interiorização da capital.

A AÇÃO - A ação que culminou com a mudança da capital subdividise, por seu turno, em, pelo menos, quatro momentos distintos e absolutamente imprescindíveis: o da decisão política, o da localização, o da regularização jurídica do território e o da construção da cidade.

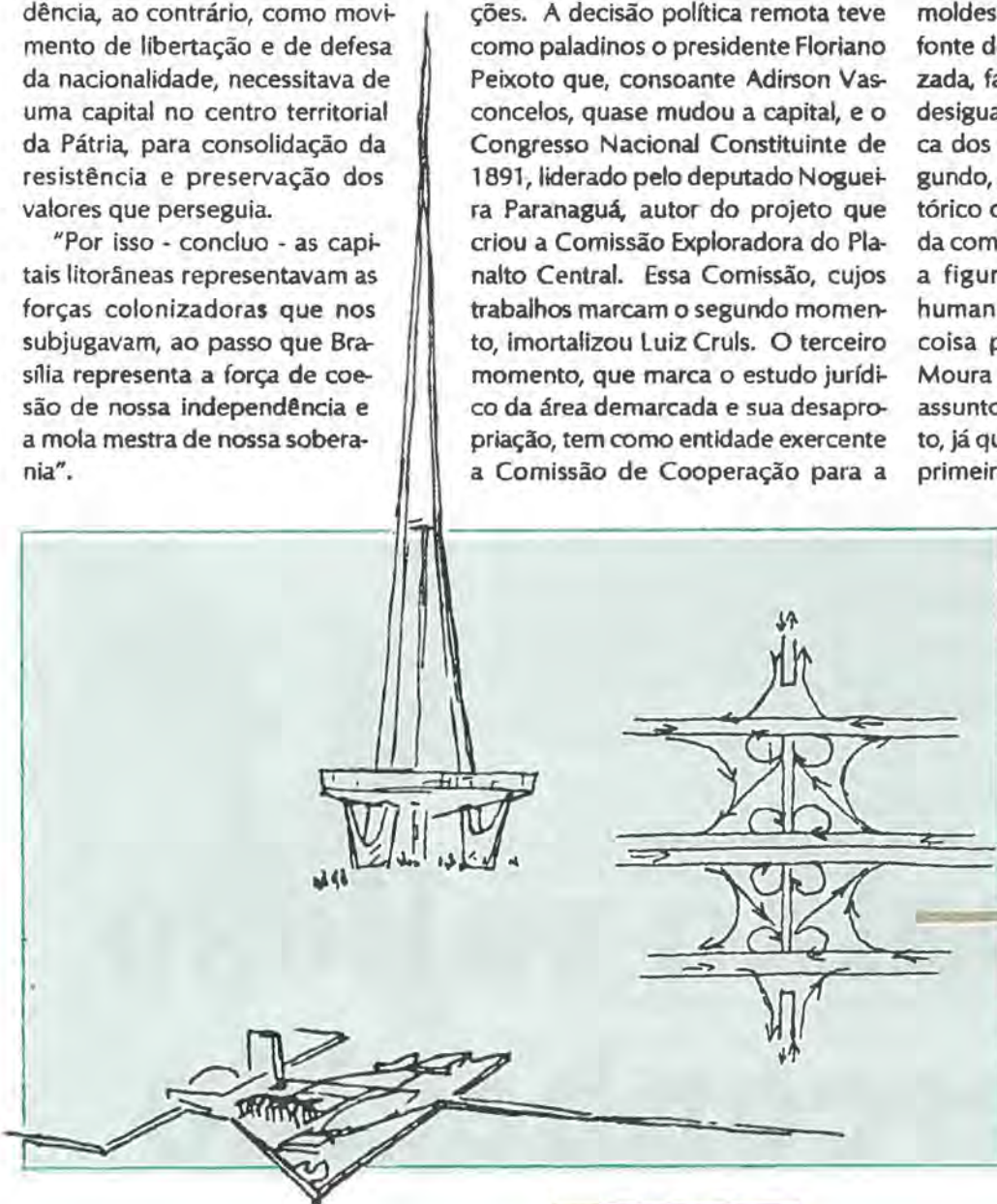
Esses quatro momentos históricos, que culminaram com a implantação de Brasília, consagraram nomes e instituições. A decisão política remota teve como paladinos o presidente Floriano Peixoto que, consoante Adirson Vasconcelos, quase mudou a capital, e o Congresso Nacional Constituinte de 1891, liderado pelo deputado Nogueira Paranaguá, autor do projeto que criou a Comissão Exploradora do Planalto Central. Essa Comissão, cujos trabalhos marcam o segundo momento, imortalizou Luiz Cruls. O terceiro momento, que marca o estudo jurídico da área demarcada e sua desapropriação, tem como entidade exercente a Comissão de Cooperação para a

Mudança da Capital Federal, centrada na pessoa do goiano Altamiro de Moura Pacheco. Finalmente, a construção de Brasília tem, na tenacidade e magia de Juscelino, o ato de decisão final e o inflexível comando; na fibra de Israel Pinheiro, a coordenação geral da grande obra; na genialidade de Lúcio Costa, a concepção urbanística; e, na arte grandiosa de Oscar Niemeyer, a criação arquitetônica.

Neste estudo me ocuparei da comissão presidida por Altamiro Pacheco. Por vários motivos: primeiro, para fazer justiça a um trabalho de relevância equivalente ao da Comissão Cruls, mas sobre o qual, talvez por falta da publicação de um relatório nos moldes do relatório Cruls, não há uma fonte de informação precisa e organizada, fato que resulta em lamentável desigualdade na consideração histórica dos trabalhos dessa comissão; segundo, para que fique no Instituto Histórico o registro informativo da aludida comissão e a fonte de contato com a figura exponencial de patriota, humanista e probo gerenciador de coisa pública, que foi Altamiro de Moura Pacheco; finalmente, por ser assunto do meu pessoal conhecimento, já que, como filho de Luziânia, sede primeira do escritório central da Comissão, testemunhei os seus trabalhos e fiz parte da subcomissão criada pela prefeitura daquela cidade para dar assistência aos estudos e trabalhos da desapropriação da área destinada à constituição do novo Distrito Federal.

As tradições de qualquer

*José Bonifácio,
em 1823, propõe
a transferência
da capital
para Goiás
e sugere o nome
de Brasília*



comunidade homogênea e organizada têm suas bases fincadas no culto dos homens ilustres, daqueles que se notabilizaram por ações de interesse coletivo, na ordem material e moral. Brasília precisa levantar e conhecer a memória de todos aqueles que marcaram presença na epopéia de sua criação, e o Instituto Histórico e Geográfico é a entidade que tem a seu cargo essa magna tarefa.

Em livro póstumo, intitulado **Fragmentos do Meu Tempo**, dado à luz recentemente por sua viúva, Sr^a. Galiana Rios Peixoto da Silveira, o médico José Peixoto da Silveira relata fatos de grande interesse histórico a respeito de antecedentes do processo de aquisição das terras destinadas à constituição do novo Distrito Federal.

Exercia ele o cargo de Secretário de Fazenda, em Goiás, e, empreendendo viagem ao Rio de Janeiro, depois da eleição, porém antes da posse de Juscelino na Presidência da República, decidiu procurá-lo para saber dele se estava realmente decidido a mudar a capital para Brasília. Eis o relato nas próprias palavras do narrador:

"Ao receber-me, com sua irradiante vivacidade, Juscelino disse que estava muito interessado em falar comigo como membro da Comissão de Localização da Nova Capital. Aproveitei a deixa para, ao mesmo tempo em que procurava auscultar suas reações, expor-lhe as vantagens da transferência da capital... Mas delicadamente ele interrompeu minhas impertinentes considerações para me crivar de uma série de perguntas objetivas: em que pé estavam os trabalhos da Comissão, o que já tinha sido feito e o que faltava fazer, quais as provi-

dências em curso e os meios de que dispunham. Queria que, antes de sua posse, fosse aprovada uma lei dando ao Executivo plenos poderes para a construção e para a mudança da capital. E pediu-me que, como eu já estava a par, ficasse encarregado de preparar um projeto de lei e entregar ao líder da bancada goiana, deputado Taciano de Melo. Ele, Juscelino, iria falar com o líder da maioria, Alkimim, para requerer urgência; queria que fosse aprovado antes de sua posse..."

Nesse ponto, trava-se entre eles o seguinte diálogo:

"- A grande maioria dos parlamentares é a favor da mudança - comentei otimista - de modo que a aprovação vai ser fácil..."

- Fácil agora - replicou Juscelino - você vai ver a reação quando verificarem que eu vou mudar mesmo a capital. Porque eu vou mudar mesmo... - frisou enfaticamente batendo no peito.

Quanto a seu pedido, ponderei que gostaria de voltar a Goiânia, onde já tinha em mente duas pessoas a quem solicitar a redação do projeto: eram advogados com grande experiência de

administração.

- Está bem - atalhou Juscelino - você também é médico. Nós médicos sabemos o que queremos, fazer, mas o caminho legal os advogados é que sabem.

Mal contendo minha surpresa e euforia em face de tão firme decisão, afirmei-lhe que todos os goianos, inclusive o governador, estavam dispostos a prestar todo apoio e que até mesmo os proprietários do local escolhido para sede da futura metrópole estavam dispostos a efetuar logo a venda.

- Ótimo. Diga ao Ludovico que adquira já a área, que eu indenizarei ao estado assim que assumir a Presidência. É importante ter desimpedido o lugar onde possa começar imediatamente as obras. A urgência que tenho não é só de mudar a capital, quero deixá-la num estado tal que meu sucessor não possa voltar... - concluiu com uma inflexão de realismo profético..."

De regresso a Goiânia, e sabendo de antemão que o estado de Goiás não dispunha de previsão orçamentária nem de recursos financeiros para

as desapropriações, passou por Belo Horizonte, onde procurou o banqueiro e político Magalhães Pinto, a quem relatou a incumbência recebida de Juscelino e de quem obteve autorização para que o Banco Nacional concedesse um empréstimo ao estado de Goiás, da quantia necessária às primeiras desapropriações.

O anteprojeto de lei autorizativa da mudança foi elaborado rapidamente pelos advogados goianos Paulo Fleury e Segismundo de Araújo Melo. Acompanhado de longa justificativa elaborada pelo secretário Peixoto da Silveira, foi en-



Rodoviária, ponto de união entre as duas asas do Plano Piloto. Diariamente circulam milhares de brasilienses em suas dependências

regue ao deputado Taciano de Melo, como recomendado pelo presidente eleito. O projeto original, alterado por substitutivo do jurista e parlamentar Santiago Dantas, transformou-se na lei que criou a Novacap.

A 30 de dezembro de 1955, portanto um mês antes da posse do novo presidente, foi adquirida a fazenda Bananal, onde está localizado o Plano Piloto de Brasília, dos senhores Jerônimo José da Silva e Jorge Peles, este último sogro de Joaquim Domingos Roriz, filho de Luziânia que, na época, era ainda um jovem adolescente, mas que viria, anos depois, a governar a cidade criada por Juscelino e instalada nas terras de sua família.

A Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, dispendo sobre a mudança da Capital Federal e criando a Companhia Urbanizadora para a sua execução, autorizou o Poder Executivo a firmar acordos e convênios com o estado de Goiás, visando à desapropriação dos imóveis situados dentro da área do novo Distrito Federal e do seu posterior desmembramento do território do estado e incorporação ao domínio da União.

Para dar cumprimento a essa previsão legal, o Governo de Goiás, a cuja

frente se achava José Ludovico de Almeida, pelos Decretos nº 480, de 30 de abril de 1955, e nº 1.258, de 5 de outubro do mesmo ano, constituiu a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, composta das mais destacadas personalidades do estado, as quais representavam, respectivamente, o Governo de Goiás, a Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, a Divisão de Terras e Colonização, a Procuradoria-Geral de Justiça, a Consultoria Jurídica, a Federação do Comércio, a Federação das Indústrias, a Associação Comercial do Estado e a Associação Goiana de Imprensa.

O eminente goiano, a quem foi confiada a histórica missão de presidir a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, superintendendo e administrando a aquisição de sua base territorial, constitui um desses varões ilustres, que precisa ser monumentalizado na capital com a qual sonhou desde a juventude e a que deu o melhor de seus esforços: Altamiro Pacheco.

Nasceu Altamiro de Moura Pacheco na cidade de Bela Vista, a 15 de março de 1896, e faleceu em Goiânia em 1996, após completar um século de edificante e profícua existência. Aos sete anos de idade, muda-se com seus pais para a cidade de Bonfim, hoje Silvânia, e em 1909 passa a es-

tudar no Colégio Xavier de Almeida, do grande educador Antônio Eusébio de Abreu, pai de Americano do Brasil, outra figura de relevo entre os que propugnaram pela causa mudancista.

Falecendo-lhe o genitor, em 1910, assumiu-lhe o lugar, no comando do lar, ajudando sua mãe a criar os seis irmãos mais novos; retardou, por esse nobre motivo, os seus próprios estudos.

Superada essa fase, fez, primeiramente, o curso de farmácia, na capital de Goiás, e, posteriormente, o de medicina, em Niterói, estado do Rio de Janeiro, retornando a Bela Vista, onde montou a sua clínica.

Mudou-se para Goiânia em 1936, em pleno período de construção daquela capital e ali instalou um centro cirúrgico que, durante várias décadas, prestou relevantes serviços à comunidade goiana e abrigou o primeiro corpo médico que ali se instalou.

Homem de grande visão empresarial, ao lado da medicina passou a desenvolver também atividade agrícola e pastoril, com grande êxito, amalhando dessas atividades uma considerável fortuna pessoal.

Em tom jocoso, Altamiro Pacheco compôs uma poesia apologética do dinheiro, inspirado em Lev Bley. Seu título é **Dinheiro - Ambição do Rico**. Ela:

*Nada mais procurado
E nada mais querido;*

*Foto do início
da construção dos
blocos residenciais
das Superquadras
Sul 107 e 108,
em 1959*



*Nada mais difamado
E nada mais temido.*

*Oh, dinheiro,
vem todo inteiro
e rechonchudo.
Se no bolso não te abrigo,
Ponho-te na caixa
ou na burra;
mas, vem, e vem logo,
gorducho e grandalhão,
correndo a toda pressa
que faz lindo e sedutor
o teu figurão.
Dinheiro, não fujas;
Sê bonzinho e amável;
se possível,
deixa-me agarrar-te,
enforcar-te,
sem matar-te,
seu safadão;
guardar-te.
Do contrário,
não te adularei;
dar-te-ei
aos esbanjadores,
aos jogadores
e aos salafrários.
Não faças feio,
vem;
não faças luxo,
nem te faças de rogado;
vem, querido,
vem, desgra ... a ... çado!*

Tinha coração generoso e espírito de mecenas. O atual aeroporto de Goiânia localiza-se em área doada por ele ao Poder Público. Nunca se casou e, ao falecer, deixou em testamento à Academia Goiana de Letras, de que era membro dos mais prestigiosos, o palacete em que residia, na parte mais central e valorizada de Goiânia, com uma seleta biblioteca composta de mais de dez mil volumes.

Como o objetivo primacial da comissão que presidia era o estudo da situação jurídica e a conseqüente aquisição das terras demarcadas para a instalação do novo Distrito Federal, a sua primeira decisão foi criar um escritório móvel, cuja sede seria instalada na cidade de Luziânia.



A foto acima mostra a Igrejainha da Superquadra Sul 108, em 1958. Abaixo, a mesma Igrejainha, agora integrada com as áreas verdes e os blocos residenciais

Instalou-se o escritório no dia 19 de maio de 1956, para o que a Irmandade de São Vicente de Paula, presidida pelo ilustre deputado luzianiense, Benedito de Araújo Melo, cedeu o recém-construído prédio do Hospital e Maternidade Santa Luzia, que teve, por esse motivo, retardado, por algum tempo, o seu funcionamento.

Para o trabalho de aquisição das terras, que se deu, todo ele, mediante desapropriação amigável, Altamiro Pacheco constituiu uma equipe de ilustres juristas goianos, todos eles especialistas em direito imobiliário, além de um engenheiro *expert* no assunto.

Como juristas, a Comissão contava com a colaboração dos desembargadores Marcelo Caetano da Costa e Hamilton de Barros Velasco; dos juizes de Direito Moa-

cir Ribeiro de Freitas e Luiz Honório Ferreira; e dos promotores de Justiça Arquelau Augusto Gonzaga e Domingos Juliano. A subcomissão técnica encontrava-se sob os cuidados do engenheiro Joffre Mozart Parada. Para assessor jurídico dessa comissão, foi escolhido o advogado luzianiense, Dr. Segismundo de Araújo Melo, nome que também se acha indelevelmente vinculado à edificação de Brasília, ao lado de Israel Pinheiro e Bernardo Sayão.

O brilhante jurista e hábil manejador do vernáculo, Domingos Juliano, integrante da equipe de Altamiro Pacheco, em relatório a este enviado, assim descreve as vicissitudes enfrentadas nos trabalhos de depuração jurídica dos 23 imóveis que estudou, para o processo de aquisição das terras do novo Distrito Federal. Diz ele:

Esses 23 grandes imóveis (grandes no sentido de originários, antigos), representam, pelos seus desdobramentos, cerca de 84 fazendas, conhecidas e definidas após o chama-

do registro paroquial e ainda nos últimos tempos do século passado, embora vários desses desdobramentos constem de partes ideais, em condomínio.

Não se trata, em todos os casos, nem é preciso dizê-lo, de um levantamento definitivo e completo, que fatores materiais, superiores à nossa vontade, nos impediram de realizar; mas, sim, de um trabalho de desbravamento, de pioneirismo retrospectivo, de soerguimento da cortina do tempo, caída sobre uma história que o peso de muitos anos soterrou.

O nosso trabalho foi o de conhecer a matéria-prima, a argila bruta, que servirão de base territorial ao mármore de Brasília. Esse grande mosaico sobre o qual, durante longo tempo, pousou angustiada a nossa vista, sequiosa de esclarecimentos, e que é o novo Distrito Federal, na parte a nós entregue constituiu a princípio o mistério, o silêncio que se opõe ao estu-dioso que interroga o tempo, os papéis, os livros, os processos e a memória dos coevos, em busca da resposta: a quem pertenceu tudo isto; como circularam na ordem do tempo as frações dessa imensa área; que ficou por fazer; a quem pertence, hoje, enfim, tudo isto?

E prossegue Juliano, em seu relatório:

Nem sempre valeram as nossas incursões pelas fazendas, em busca de papéis, que avaramente nos foram exibidos, ou que, ordinariamente, nos foram negados.

Tantos e tão invencíveis óbices teriam que afetar a extensão e a exatidão do nosso trabalho que, por vezes, teve de ser parcialmente interrompido, ante os vácuos abertos pela ausência de processos, principalmente inventários, e de outros documentos.

Acrescenta:

Num serviço como este, inteiramente singular na história do Brasil, tivemos que ser autodidatas em muitas passagens, mas, invariavelmente, procuramos dar soluções e opiniões uniformes sobre problemas e dúvidas co-



Dentro das áreas de circulação das superquadras residenciais, o verde é valorizado para o bem-estar dos moradores

muns, que se nos apresentaram, evitando, assim, a aplicação de pesos e medidas diferentes, para questões da mesma natureza.

Em seguida, faz Domingos Juliano uma análise sócio-econômica das terras do Planalto, afirmando com brilho e exatidão:

... as terras do Município de Luziânia, até agora, na história de Goiás, passaram por dois ciclos de valorização. Aquele primeiro veio da agitação setecentista do ouro em Goiás, até a abolição da escravatura, decorrente da exploração e das ricas jazidas auríferas da região, as quais tiveram o dom de valorizar as terras locais, pelo conteúdo do subsolo. Nesse período de tempo, pelo que se pode ver da documentação existente na atualidade, cuidou-se com certo zelo, tanto quanto tinha cabimento naquela época, dos títulos de propriedade, da documentação, embora nas precárias medidas da legislação reinol, que vigorava...

A esse ciclo de valorização imobiliária, ou, pelo menos, de cuidados com a situação legal da propriedade imóvel, encerrado com a abolição da escravatura negra, se seguiu um período de desinteresse quase generalizado pela apuração de títulos e liquidação judicial de heranças e legados. Largo foi esse lapso, em que as terras do Planalto, de pouca fecundidade, ficaram esquecidas. Nem mesmo o irrompimento vulcânico de Goiânia, no mapa do estado, operou sensível modificação no cenário que vimos de descrever, linhas volvidas.

Bastou, entretanto, que fosse lançada no Planalto a semente de Brasília, para que um outro ciclo de valorização das terras rurais eclodisse, o segundo, desta vez com mais ímpeto e com verdadeiro transbordamento. Mas a valorização está contida, na ordem do espaço, sem poder penetrar no quadrilátero declarado de utilidade pública pelo Decreto Estadual número 480, de 30.04.1955 e pela Lei Federal número 2.874, de 19.09.56. Esse freio legal, ferindo a humana ambição de ganho, atinge em cheio, de modo negativo, a atividade privada, na iniciativa de liquidar judicialmente os títulos de domínio e de extinguir o condomínio das propriedades rurais situadas dentro do novo Distrito, com a fixação da área de cada condômino,



Vista aérea de uma superquadra residencial, mostrando a disposição dos blocos e sua integração com as áreas verdes

para cálculo da indenização, a ser feita pelos cofres públicos. Centenas de inventários, dezenas de divisões têm que ser efetuados. Elos apagados, ou ocultos, ligando gerações, devem ser reavivados e trazidos à luz. Proprietários que não são proprietários, ou que ignoram a existência de seus direitos, impostores, "grileiros", ausentes, incapazes, toda uma pequena legião de figuras tem que ser focalizada na arena forense. Uma verdadeira rede de sucessões está a exigir o trabalho dos interessados diretos na apuração e na discriminação geodésica de cada imóvel, os quais, conforme já o afirmamos, estão de braços cruzados, pelos motivos já expostos.

Depois de considerações outras, no mesmo nível de riqueza científica, histórica e literária, conclui o relatório Domingos Juliano:

Ninguém se iluda, na presunção de que a desapropriação judicial, ou mesmo extrajudicial, em sua totalidade, se fará em gabinete, a longa distância. O trabalho é para juristas e engenheiros, em conjunto, que corram as comarcas, os cartórios, a zona rural, numa tarefa de identificação, a priori, de cada gleba e de cada proprietário, conforme já dissemos, cansativamente, em quase todas as apurações (de títulos).

É preciso palmilhar a terra, em inúmeros casos, restaurar limites e divi-

sas antigas, marcos remotos, acidentes naturais e referências físicas que a avalanche do progresso, conseqüente da construção da nova metrópole, vai em breve destruir para sempre.

Não haverá oportunidade para devaneios e otimismo, porque a desapropriação judicial das terras do Planalto não será, jamais, uma passeata de bacharéis.

Conquanto seja minha intenção trazer à reflexão tema relacionado com as dúvidas que hoje me ocorrem sobre o provável desacerto da decisão em se desapropriar toda a área que compõe o Distrito Federal, e não apenas aquela necessária à construção de Brasília e suas satélites, por vislumbrar nisto um dos fatores da migração desenfreada que desencadeou sobre Brasília, comprometendo a qualidade de vida de seus habitantes, impossível deixar de reconhecer o valioso trabalho desempenhado no processo de aquisição de suas terras pela Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal.

O acervo desse importante trabalho, segundo consta, acha-se hoje na Segunda Procuradoria do Governo local; porém, a meu sentir, deveria ser posto aos cuidados do Instituto Histórico e Geográfico, onde ficaria resguardado contra o perecimento e colocado ao alcance dos interessados em sua pesquisa.

Em livro de crônicas que publiquei em 1978, tive ensejo de destacar o extraordinário trabalho desenvolvido por essa comissão, consignando: "Luziânia inteira é testemunha de como se houve essa comissão, cuja sede principal se localizou ali. Enquanto os juristas examinavam a documentação multissecular dos velhos arquivos do Planalto e os engenheiros faziam a trena e a bússola correrem pelos campos, Altamiro Pacheco supervisionava, administrava a equipe e realizava a extraordinária diplomacia do esclarecimento e da persuasão dos proprietários.

Sabia ele muito bem, experimentado que era, do quanto aquela esquecida região iria valorizar-se e progredir. Sabia, igualmente, o que a transferência da capital significava para o desenvolvimento nacional. Não ignorava, por outro lado, que essa obra ciclópica exigia sacrifícios e mais sacrifícios de toda ordem. Ele era o defensor do erário. Cumpria-lhe pagar o menor preço, para bem desempenhar a sua missão. Mas a sua formação humana não lhe permitia abstrair-se dos interesses dos humildes habitantes do Planalto.

Não podia ser infiel à relevante tarefa de ordem pública que com tanta honradez desempenhava, nem desejava exacerbar o sacrifício do pobre sertanejo, que talvez nem luzes tivesse para perceber o alcance do magno empreendimento.

Apenas para ilustrar o delicado trabalho de Altamiro Pacheco que, longe de funcionar como mero e frio